



**UNIVERSIDADE DO ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**MYLENA BARREIROS EPIFÂNIO ALVES**

**FINANÇAS PESSOAIS:**

um estudo sobre a relação do conhecimento de gestão financeira e o nível de endividamento pessoal.

**FEIRA DE SANTANA  
2021**

**MYLENA BARREIROS EPIFÂNIO ALVES**

**FINANÇAS PESSOAIS:**

um estudo sobre a relação do conhecimento de gestão financeira e o nível de endividamento pessoal.

Monografia apresentada como requisito parcial de conclusão do curso de Administração, da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

**Orientadora: Profa. Dra. Ana Barreiros de Carvalho**

**FEIRA DE SANTANA  
2021**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**MYLENA BARREIROS EPIFÂNIO ALVES**

**Finanças pessoais: um estudo sobre a relação do conhecimento de gestão financeira e o nível de endividamento pessoal.**

Monografia apresentada como requisito de conclusão do curso de Administração, da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS.

Feira de Santana, 28 de maio de 2021.

Banca Examinadora:

---

**Prof. Dra. Ana Barreiros de Carvalho (orientadora)**  
**Universidade Estadual de Feira de Santana**  
**Departamento de Ciências Sociais Aplicadas**  
**Colegiado do Curso de Administração**

---

**Prof. Dra. Ana Lúcia Carvalho Santos**  
**Universidade Estadual de Feira de Santana**  
**Departamento de Ciências Sociais Aplicadas**  
**Colegiado do Curso de Economia**

---

**Prof. Dr. Saulo José dos Santos Rocha**  
**Universidade Estadual de Feira de Santana**  
**Departamento de Ciências Sociais Aplicadas**  
**Colegiado do Curso de Administração**

## **DEDICATÓRIA**

A Deus, que deu vida, saúde e sabedoria para traçar objetivos e torná-los realidade. A meus pais, Cleusa e Adeládio, apoiadores incondicionais e fundamentais na minha caminhada até aqui. Ao meu esposo Roberto, que com paciência e otimismo, me incentivou na concretização desse objetivo.

## **AGRADECIMENTOS**

Exercer gratidão é um ato de reconhecimento de suporte e auxílio recebido. É fundamental para o bom relacionamento. Agradeço a Deus, que me concedeu vida, saúde e discernimento suficiente para a sonhar e realizar sonhos, como o da graduação.

Utilizo este espaço para agradecer a Universidade Estadual de Feira de Santana, que me incentivou para o desenvolvimento dessa pesquisa e meu desenvolvimento pessoal e acadêmico.

Agradeço pessoalmente à minha orientadora, a Prof. Dra. Ana Barreiros de Carvalho, que com paciência, habilidade e disponibilidade me deu suporte suficiente para a realização deste trabalho e me incentivou no meu aperfeiçoamento na pesquisa científica, contribuindo grandemente para o meu crescimento acadêmico. Seu tato e gentileza foram fundamentais nesse momento.

Agradeço também ao Prof. Saulo Rocha e à Prof. Ana Lúcia de Carvalho que contribuíram na orientação na investigação de fontes confiáveis e ricas para compor o referencial bibliográfico deste trabalho.

A minha família, amigos e colegas discentes, agradeço a parceria, disponibilidade e alegria durante todo o processo de construção acadêmica.

## **RESUMO**

Esta pesquisa tem por objetivo averiguar a relação entre o conhecimento sobre finanças pessoais e o nível de endividamento pessoal. Trata-se de um estudo sobre o nível de endividamento dos discentes do curso de graduação em Administração da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, seus conhecimentos sobre gestão financeira e as aplicações desse conhecimento na tomada de decisões quanto às suas finanças pessoais, verificando os níveis de endividamento e qual a utilização do planejamento financeiro para controle dos gastos individuais. A pesquisa exploratória foi utilizada como método para tal estudo, tendo como instrumentos de levantamento de dados o uso de questionários, observação do perfil do público pesquisado e a pesquisa bibliográfica. Identificou-se uma relação inversamente proporcional entre o conhecimento sobre finanças pessoais e o nível de endividamento dos indivíduos observados, que apresentaram considerável capacidade de organização de suas finanças pessoais, com capacidade de poupança, controle de gastos e baixo nível de endividamento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Finanças pessoais. Administração. Controle financeiro. Endividamento.

## **ABSTRACT**

This research aims to investigate the relationship between knowledge about personal finance and the level of personal indebtedness. This is a study on the level of indebtedness of students of the undergraduate course in Administration at the State University of Feira de Santana, UEFS, their knowledge of financial management and the applications of this knowledge in decision-making regarding their personal finances, verifying the indebtedness levels and what is the use of financial planning to control individual expenses. Exploratory research was used as a method for such a study, using questionnaires, observation of the profile of the researched public and bibliographical research as instruments for data collection. An inversely proportional relationship was identified between the knowledge about personal finances and the level of indebtedness of the individuals observed, who showed considerable ability to organize their personal finances, with the ability to save, control expenses and have a low level of indebtedness.

**KEYWORDS:** Personal finance. Administration. Financial control. Indebtedness.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 Difusão de Informações sobre Educação Financeira .....</b>	<b>11</b>
<b>2.2 Execução do Planejamento Financeiro .....</b>	<b>16</b>
<b>2.2.1 Gastos.....</b>	<b>17</b>
<b>2.2.2 Gestão de Riscos.....</b>	<b>18</b>
<b>2.2.3 Acumulação de Capital.....</b>	<b>19</b>
<b>2.3 O Crédito .....</b>	<b>20</b>
<b>2.4 Endividamento: conceito e suas variáveis.....</b>	<b>22</b>
<b>2.4.1 Endividamento no Brasil em 2020 e o contexto da pandemia do novo coronavírus .....</b>	<b>25</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>26</b>
<b>3.1 Levantamento de dados.....</b>	<b>26</b>
<b>3.2 Local e participantes.....</b>	<b>27</b>
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS.....</b>	<b>28</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>41</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>
<b>APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE PREENCHIMENTO DE DADOS (QUESTIONÁRIOS) .....</b>	<b>46</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Entender como utilizar o dinheiro com sabedoria deveria ser uma das bases de construção do conhecimento de todo indivíduo, já que é o recurso fundamental para a sua subsistência e seu impulsionamento na vida. Conhecer o potencial que a disponibilidade do crédito pode alcançar e como utilizá-lo de forma inteligente para o crescimento da riqueza é uma tarefa desafiadora para grande parte da população brasileira, que se vê numa sociedade onde a busca pelo conhecimento sobre a gestão de finanças pessoais é pouco incentivada. Num contexto de alta oferta creditícia e baixo domínio do conhecimento sobre o assunto, o endividamento e a inadimplência são uma consequência esperada. Isso não quer dizer que a população endividada não possa melhorar de situação e se tornar formadora de poupança através do estudo de gestão financeira.

Conforme Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, PEIC, realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2020), o Brasil atingiu um novo recorde no percentual de endividamento em agosto de 2020, chegando ao maior índice da série histórica desde 2010, ano em que a PEIC começou a ser realizada por essa Confederação. Além disso, 25,4% da população brasileira encontra-se inadimplente, sendo que 4,6 bilhões de brasileiros já informaram não terem condições de pagar suas dívidas (ABDALA, 2020). Na cidade de Feira de Santana, Bahia, foram registradas mais de 111 mil inclusões de débitos na base de dados do Serviço de Proteção ao Crédito, SPC (CRUZ, 2019). Diante dessas informações, é possível identificar a dificuldade encontrada pela população brasileira e, especificamente, pela população feirense, em realizar o pagamento de seus compromissos financeiros.

Por atuar em instituições financeiras a mais de cinco anos, a pesquisadora identificou a dificuldade de muitos clientes em lidar com suas finanças pessoais. Em conversação com seus colegas discentes no Curso de Administração da referida universidade, percebeu que alguns deles também relataram terem dúvidas no controle de seus gastos e que apresentavam dificuldade em gerir sua vida financeira, apesar de fazerem um curso de graduação que apresenta disciplinas de finanças em seu currículo básico. Por também possuir a Certificação Profissional ANBIMA - série 10,

CPA 10<sup>1</sup>, o que lhe habilita a atuar na comercialização e distribuição de produtos de investimento em agências bancárias no país, e por ter obtido treinamentos relacionados a produtos financeiros, a pesquisadora desejou entender qual a compreensão dos alunos sobre conceitos básicos relacionados a esse assunto.

Este estudo busca colaborar com a formação dos futuros administradores, haja vista que os gestores que tenham em suas equipes profissionais com adequada gestão de suas finanças pessoais têm profissionais, geralmente, mais produtivos e focados em seus objetivos pessoais e nos objetivos organizacionais.

O presente trabalho tem como tema *“Finanças pessoais: um estudo sobre a relação do conhecimento de gestão financeira e o nível de endividamento pessoal”*. O objetivo geral da presente pesquisa é averiguar a relação entre o conhecimento em gestão financeira e o nível de endividamento dos alunos do Curso de Graduação em Administração da UEFS. A metodologia a ser aplicada será a quantitativa, por entender que este será um estudo para verificar, através de valores de referência recomendados pela bibliografia estudada, qual a situação do endividamento dos alunos e qual a interferência do seu conhecimento sobre finanças em relação a isso, partindo da hipótese de que quanto maior o conhecimento sobre finanças, menor o nível de endividamento.

A investigação dos níveis de endividamento e do conhecimento sobre finanças visa trazer benefícios individuais e coletivos, identificando pontos de melhoria no planejamento financeiro e na formação de poupança. A população brasileira tem apresentado elevado nível de endividamento, com grau considerável de inadimplência, o que demanda maior necessidade de políticas assistencialistas e maior interferência do Estado na economia. Uma sociedade com indivíduos poupadores, que tenham conhecimento sobre educação financeira, é uma sociedade em ascensão econômica, com menos dependência financeira do Estado. Um bom começo para alcançar esse modelo é entender como está a situação econômica dos seus semelhantes, o que a pesquisadora deseja averiguar através deste trabalho.

---

<sup>1</sup> A Certificação Profissional ANBIMA - série 10 (CPA-10) é uma certificação profissional oferecida pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais). A ANBIMA é a principal certificadora de produtos de investimento no país, com mais de 460 mil certificações, conforme dados do ano de 2017.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Todo cidadão adulto lida com dinheiro de alguma forma. Sendo assim, é necessário tomar decisões quanto a maneira como utilizará seus recursos financeiros, seja para sua própria subsistência no momento presente, seja para se preparar para o futuro. Cada pessoa decide como receber dinheiro e como utilizá-lo. De uma forma ou de outra, homens e mulheres fazem escolhas e definem, conscientemente ou não, a maneira como realizam a gestão das suas finanças pessoais. Sendo assim, torna-se imprescindível a aprendizagem sobre conceitos básicos de gestão financeira e economia doméstica.

Gitman (2010) define finanças como a ciência e a arte de administrar o dinheiro. Já para Garman (2008), o conceito de finanças pessoais trata sobre a maneira como as pessoas gastam, economizam, protegem e investem seus recursos financeiros. A gestão de finanças pessoais engloba toda a ação e decisão relacionada à maneira de agir de cada indivíduo com os seus recursos financeiros para a obtenção de objetivos pessoais. Ter um patrimônio, ter uma família, ter uma profissão, fazer a viagem dos sonhos são exemplos de metas que toda pessoa idealiza e deseja executar. O conhecimento sobre finanças pessoais é um instrumento promissor para o atingimento dessas metas. Mao (2017) afirma que finanças pessoais são atividades que envolvem todas as decisões financeiras individuais, o que inclui o orçamento, poupança, seguro, hipotecas, levando em consideração uma série de produtos financeiros e outros fatores pessoais, além de assumir grande influência na vida e no futuro de uma pessoa.

Alcançar a chamada “independência financeira” também é um dos objetivos de quem se dedica ao estudo das finanças pessoais. O conceito de independência financeira trata da capacidade de o indivíduo arcar com as suas despesas e gerar riqueza sem depender diretamente de um trabalho remunerado, fazendo com que o dinheiro aplicado por esse investidor gere renda por si mesmo através dos juros compostos dispostos em seus investimentos. Isso faz com que os indivíduos tenham maior liberdade de escolha e realizem seus sonhos mais facilmente, sem ter a premissa de se adequarem a determinada carreira ou condição em razão de seu salário.

Além da realização pessoal, o conhecimento sobre finanças pessoais é positivo para os relacionamentos interpessoais. Muitas discussões familiares têm as suas

raízes em questões financeiras, disfarçadas como outros problemas. Quando a renda familiar não consegue abarcar todas as despesas e os anseios não são supridos, as relações são estremecidas, há conflitos, que nem sempre são vistos pelos familiares como originados na má gestão do dinheiro, conforme Cerbasi (2014) comenta. Silva (2018, p. 218) confirma esse pensamento, ao dizer que “a ineficiente gestão das finanças pessoais, entre os jovens, pode desencadear muitos conflitos pessoais e sociais, como dificuldades de relacionamento entre as pessoas de uma sociedade.” Ao longo desta pesquisa, veremos a influência da má gestão financeira sobre aspectos sociais das pessoas, provocando isolamento social e contribuindo com atitudes extremas, como a ideação suicida.

A divulgação da educação financeira é positiva também para o Estado. Indivíduos bem-educados financeiramente oneram menos o Estado, não demandando tantas políticas assistencialistas ou demais auxílios financeiros. Estes são formadores de poupança e possuem maior poder de compra, fazendo assim com que a economia local seja crescente, fluida e próspera.

## **2.1 Difusão de Informações sobre Educação Financeira**

A educação financeira é muito positiva em contribuir com o conhecimento para a gestão de finanças pessoais. Trata-se do segmento educacional que tem por objetivo orientar as pessoas a entenderem como o sistema financeiro de seu país funciona e como utilizar, de forma eficaz, os seus recursos financeiros, a fim de alcançarem a sua subsistência, seus objetivos pessoais e se prepararem para o futuro.

Uma pessoa financeiramente inteligente é aquela que economiza parte de sua renda e utiliza sabiamente o crédito e os recursos disponíveis de maneira a realizar seus desejos sem que sua capacidade de pagamento fique comprometida. Aplica criteriosamente suas reservas em fundos que pagam juros que se sobressaiam à inflação e que apresentem liquidez correspondente à sua necessidade. Diversificam seus investimentos e optam por viver momentaneamente abaixo do que poderiam, a fim de atingir objetivos a longo prazo, como, por exemplo, terem uma aposentadoria confortável. Inteligência financeira é saber fazer escolhas e avaliar adequadamente o que vale a pena perder ou postergar no presente a fim de alcançar outras conquistas no futuro.

Os detentores de conhecimento sobre finanças pessoais conseguem aproveitar as oportunidades de enriquecimento disponíveis no mercado. Cerbasi (2014, p. 11)

comenta que a sua motivação para escrever sobre educação financeira foi o seu “inconformismo ao notar a dificuldade que as pessoas - incluindo estudantes de administração do mais alto nível - tinham para perceber e aproveitar as oportunidades que a economia brasileira oferecia”. Nos anos 2000, depois de ter passado pelo plano real e haver estabilidade financeira, as taxas de juros estavam em cerca de 25% ao ano e a inflação estava em cerca de metade disso, o que favorecia o enriquecimento de sua população, com um pouco de organização e esforço. Com o domínio e a divulgação de materiais e conteúdos sobre economia financeira, seria fácil elevar o nível de riqueza das pessoas.

A questão é que as famílias brasileiras não têm a cultura de discutir sobre dinheiro em casa. Os filhos acabam tendo pouco embasamento para gerir seus recursos, sendo que esse suporte pode ser oferecido e incentivado desde a infância, com conceitos básicos sobre poupança e planejamento financeiro. O senso comum sobre o assunto se baseia muito no aconselhamento de parentes e amigos que muitas vezes não têm especialização no assunto e se baseiam em suas próprias experiências de vida, não considerando as particularidades de cada ambiente familiar.

As pessoas, que desde a infância poderiam ter compreendido sobre esses conceitos básicos e que poderiam ter aprendido sobre os *trade-offs*<sup>2</sup> que precisam fazer, acabam se tornando adultos cada vez mais despreparados para a gestão de suas finanças. A familiaridade com esse assunto facilitaria muito a tomada de decisão sobre como utilizar seus recursos no futuro para o atingimento de objetivos de vida. Silva, Benevides e Duarte (2018, p. 3) falam sobre a necessidade de inserção da educação financeira na educação básica:

[...] as escolas de toda a rede municipal, estadual, federal e privada deveriam adotar uma disciplina sobre educação financeira para que as crianças possam ter acesso ao aprendizado dos temas relacionados a Finanças, bem como para terem conhecimento sobre a situação financeira dos familiares, ajudá-los a poupar e minimizar as dificuldades decorrentes dessas decisões. Porém, atualmente, as disciplinas que envolvem educação financeira são vistas em formação isolada, em cursos técnicos e superiores que envolvem a área de finanças, como por exemplo, Contabilidade e Administração. [...] Tendo em vista que, quando os jovens chegam a ter acesso a este tipo de disciplina já trazem diversos hábitos financeiros de toda a vida, torna-se bastante complicado reeducá-los para melhor consciência financeira.

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) é um documento que rege a educação básica no Ensino Infantil, Fundamental e Médio nas escolas públicas e

---

<sup>2</sup> *Trade-off* é uma expressão em inglês que representa na economia a escolha de desistir de algo para receber outra coisa. É o chamado custo de oportunidade.

particulares do Brasil. Este documento está sendo aplicado desde o ano de 2020 na educação infantil e fundamental e passa por adaptações pelos educadores até o ano de 2022. A Educação Financeira foi definida como um eixo interdisciplinar a ser aplicado nas disciplinas de Matemática, Linguagens e História. Segue abaixo trecho da BNCC que trata sobre o assunto:

Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing. Essas questões, além de promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, podem se constituir em excelentes contextos para as aplicações dos conceitos da Matemática Financeira e também proporcionar contextos para ampliar e aprofundar esses conceitos. (BRASIL, 2018, p. 269)

O texto do documento exalta a importância e relevância do desenvolvimento desse eixo dentro das escolas, mas ainda é uma iniciativa recente. Ainda não há, na prática, execução efetiva de ensino de educação financeira. Essas orientações devem ser executadas de maneira eficaz, a fim de que a sociedade brasileira se torne de fato cada vez mais promissora financeiramente.

Tornar o conhecimento sobre educação financeira simples e acessível é imprescindível para a difusão efetiva deste conteúdo. A população precisa entender como aplicar esse conhecimento no dia a dia, a fim de desfrutar dos benefícios de uma vida financeiramente organizada, como o alcance de objetivos. O crescimento intelectual, financeiro e social só acontece a partir do momento em que as pessoas entendem de fato os conceitos e conseguem aplicá-los à sua vida prática.

Quando um parente ou amigo oferece aconselhamento para a compra de uma casa ou um carro por financiamento, por exemplo, ele incentiva porque conseguiu adquirir esses bens dessa forma, ou porque sabe de outras pessoas que assim o fizeram. Mas esse mesmo parente pode não conhecer as circunstâncias de suas finanças, não considerando o nível de endividamento pré-existente da família, as taxas de juros cobradas pela financeira ou mesmo a situação do mercado no presente. O critério muitas vezes utilizado para qualificar as famílias em bem ou mal-sucedidas são os bens tangíveis que são apresentados à sociedade e não a gestão de suas finanças.

Cerbasi (2014, p. 33 e 34) continua exemplificando essa visão:

No estereótipo de uma família financeiramente bem-sucedida, o tamanho da casa e do carro aumenta ao longo dos anos, os filhos têm os brinquedos e eletrônicos da moda e ganham carro ao entrar na faculdade, a casa de campo ou de praia vira destino de fim de semana dos amigos dos filhos e o casamento dos jovens é totalmente pago pelos pais. Eis um verdadeiro conto de fadas da classe média. Ainda hoje, porém, grande parte das famílias que conquistam esses sonhos se esquece de pensar no futuro e tem um destino semelhante: venda de bens para pagar tratamentos de saúde, aposentadoria com falta de dinheiro (leia-se dependência dos filhos para o sustento da velhice) e queda significativa no padrão de vida [...]. O sonho da aquisição se transforma no pesadelo da perda.

Esta maneira de entender o que é prosperidade financeira faz com que sejam feitas escolhas erradas, sem o devido preparo, sem considerar o comprometimento da receita familiar e o preço final pago, juros e encargos que possam ser cobrados, além da variação da inflação. Tudo isso diminui o poder de compra das famílias e as limita a viver numa condição diferente da almejada. Torna-se um ciclo vicioso: gasta-se mais do que deve para acessar uma condição de vida maior do que se pode ter, ao custo de pagar ainda mais do que se precisaria.

Seja para aprender uma profissão, para construir um edifício ou mesmo para um tratamento estético, o que é considerado prudente é buscar a orientação de um profissional. Para escolher a pessoa com quem viver e estabelecer uma família, é aconselhável que a conheça antes e que haja convivência. Há um preparo e estudo para estas coisas. Por que não estudar e se preparar também sobre o planejamento financeiro? Já que em praticamente tudo o que fazemos na vida se envolve dinheiro e que o nosso estilo de vida presente e futuro depende, em grande parte, da forma como lidamos com ele, deveríamos dar maior atenção a essa questão.

Além disso, falar sobre dinheiro é considerado tabu. Conversar sobre dividir a conta, deixar de comprar um produto por não ser necessário ou conveniente no momento e dizer não a outras pessoas quando o assunto envolve dinheiro ainda é uma dificuldade enorme, considerando que o poupador que se posiciona com firmeza na forma como lida com seus recursos pode ser visto como avaro, egoísta e mesquinho. Essa visão poderia ser diferente se as pessoas falassem mais sobre finanças pessoais, pois um tabu só pode ser quebrado se houver diálogo claro e eficiente.

A internet, aos poucos, começa a mudar essa realidade. O acesso ao conteúdo da internet se tornou mais acessível nos últimos anos e muitos influenciadores digitais começaram a abordar sobre educação financeira, desmistificando e traduzindo em

linguagem simples o que antes parecia ser entendido apenas por estudiosos em economia. Tornou ainda mais acessível o conhecimento e o discurso sobre dinheiro no país. Nos últimos dez anos, houve o surgimento de vários canais do site YouTube no Brasil que, desde então, apresentam conteúdos sobre economia doméstica e finanças pessoais, desmistificando muitos termos e linguagens da economia que eram antes difíceis de serem entendidos pela população leiga no assunto.

O canal Me Poupe, no YouTube, é um exemplo desse movimento. Em fevereiro de 2015, foi fundado pela jornalista e especialista em finanças Nathália Arcuri, que tinha por objetivo orientar o público da plataforma a sair das dívidas e enriquecer licitamente, através do planejamento financeiro. Utilizando exemplos do dia a dia, de forma simples, clara e objetiva, o canal cresceu e conta hoje com mais de 300 milhões de visualizações e mais de cinco milhões de inscritos<sup>3</sup> e tornou-se a primeira plataforma de entretenimento financeiro do mundo. Embora não se trate de conteúdo técnico acadêmico, a visibilidade que o canal adquiriu demonstra o quanto as pessoas têm se interessado cada vez mais sobre o assunto. Vários outros canais e plataformas surgiram desde então, com o mesmo objetivo de tornar o conhecimento em finanças mais acessível no país.

Na Universidade Estadual de Feira de Santana, no curso de graduação em Administração, há atualmente dois módulos da disciplina de Finanças, além das disciplinas de matemática financeira, contabilidade, entre outras presentes no currículo básico, em que o potencial administrador recebe informações sobre a gestão financeira das empresas em que atuarão. O conteúdo ensinado pode ser aplicado também na gestão financeira de recursos pessoais, além da gestão financeira empresarial. Este estudo visa entender se esses alunos apresentam alto nível de endividamento, tendo em vista que têm acesso a certo conteúdo sobre a administração financeira.

Se existe a dificuldade em idealizar, organizar e executar um planejamento individual, pode-se contar com o auxílio profissional de um planejador financeiro. Esses são profissionais especializados em aconselhamento e gestão financeira, que estabelecem planos e métodos para atingimento de objetivos financeiros de curto, médio e longo prazo. Nem sempre estes planejadores financeiros são imparciais,

---

<sup>3</sup> Conforme consulta ao canal Me Poupe no site do YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/Mepoupenaweb/about>. Acesso em: 30 set. 2020.

conforme aborda Garman (2008), pois geralmente são remunerados por algum tipo de produto e/ou serviço financeiro que oferecem a seus clientes, mas cabe ao interessado realizar uma pesquisa minuciosa para verificar qual o profissional que será mais adequado ao seu perfil de forma menos custosa.

## **2.2 Execução do Planejamento Financeiro**

Organizar planos para o atingimento de metas pessoais é justamente a ação de quem executa um planejamento financeiro. Essa prática é fundamental para que o conhecimento teórico sobre finanças pessoais possa ser eficaz. Esse planejamento baseia-se na organização da forma como o dinheiro é aplicado e como esse recurso será utilizado para alcançar metas de curto, médio e longo prazo de forma clara e tangível. Mao (2017) afirma que o planejamento financeiro ajuda as pessoas a alcançarem seus objetivos pessoais ao estabelecer uma jornada da condição atual ao alvo desejado. O autor categoriza o planejamento em cinco etapas: coleta de informações e avaliação da situação financeira atual, definição de metas financeiras, desenvolvimento, implementação e reavaliação do plano financeiro.

Segundo Garman (2008), um dos grandes benefícios do planejamento financeiro é usar sabiamente o dinheiro, economizando parte de sua renda e estabelecendo um nível de gastos conforme as suas necessidades básicas. É a política do “pague-se primeiro”: o planejador separa os recursos que serão utilizados para alcançar suas metas e reconhece isso como prioridade, para depois pagar suas despesas pessoais.

Garman (2008) continua esse raciocínio sugerindo que o planejamento financeiro pode ser subdividido em três partes: Gastos, Gestão de Riscos e Acumulação de Capital. Enxugar os gastos a ponto de possibilitar ter um estilo de vida um pouco abaixo do possível é fundamental para a formação de reserva e conquista de futura independência financeira. Gerir suas finanças a fim de amenizar danos de imprevistos evita possíveis desarranjos no orçamento. Isso faz com que o planejamento antes estabelecido se mantenha estável e que os objetivos sejam alcançados. A acumulação de capital é justamente a formação de reserva para alcance desses objetivos. Dessa forma, com esses três pilares, o planejamento financeiro pode ser executado, trazendo estabilidade no presente para a realização dos sonhos almejados.

### 2.2.1 Gastos

Conforme Mao (2017), um planejamento financeiro começa com uma avaliação completa da situação financeira atual, ao identificar qual a renda, as despesas, os empréstimos, entre outros. O indivíduo deve ver todo o seu quadro financeiro, o que exige que ele acompanhe com cuidado. Para ver o quadro financeiro de uma pessoa, é necessário aplicar o conceito de patrimônio líquido, ao categorizar seus ativos (é o que se possui: dinheiro, investimento, imóveis e outros bens) e passivos (é o que se deve: empréstimos, hipoteca, financiamento, dívida de cartão de crédito, por exemplo). A soma dos ativos, subtraída pela soma dos passivos, determina o patrimônio líquido. Essa fórmula determina a riqueza que o indivíduo acumulou em determinado período. Se o saldo for negativo, isso significa que esta pessoa gasta mais do que ganha.

Na parte de gastos, o planejador pode identificar possíveis gargalos que dificultam a formação da reserva. Para tanto, é necessário que haja controle e registro de todos os gastos mensais, sua categorização em diferentes tipos de gastos e que sejam estabelecidas metas por categoria, com objetivo de reduzir despesas desnecessárias e manter o nível de gastos conforme estabelecido no planejamento. O controle detalhado pode ser feito em um mês a cada semestre e nos outros cinco meses seguir o planejamento adaptado à realidade diagnosticada pela análise desse controle, por exemplo. Este prazo para análise periódica pode ser aplicado de acordo com a realidade individual e familiar.

Uma prática igualmente importante no controle dos gastos é o estabelecimento de reservas para compras à vista de itens mais caros que possam comprometer a renda da família. Exemplos disso são a troca do veículo da família, o pagamento de tributos periódicos, como o IPVA e IPTU, a compra de material escolar, a troca e compra de eletrodomésticos. Estes itens são sazonais ou naturalmente sofrem depreciação com o passar do tempo. São passivos nas contas familiares que podem ser adquiridos com planejamento, ao invés de comprar emergencialmente quando um deles apresenta algum tipo de dano que impossibilite a sua utilização. Além disso, organizar suas finanças a fim de evitar parcelamentos e possibilitar compras à vista facilita a obtenção de desconto e livra o consumidor de juros que possam estar embutidos em produtos parcelados. Essas e outras práticas de ajuste de gastos possibilitam a realização das outras duas etapas do planejamento financeiro.

Mao (2017) afirma que um orçamento pessoal é uma excelente ferramenta para monitorar se a atividade financeira real está indo como o planejado e para verificar como as despesas são alocadas. Pode ajudar as pessoas a gastarem menos, despertando sua consciência em relação a gastos adicionais. Um orçamento pessoal é um plano financeiro que deve orientar a distribuição de renda futura para gastos, poupança e investimento. O orçamento pessoal é feito com base nas despesas anteriores e nas dívidas pessoais.

Quando alguém está fazendo o seu orçamento pessoal, deve tentar mantê-lo simples. De acordo com Mao (2017, *apud* Bodie *et al*, 2003), um orçamento pessoal redundante tende a fazer uma pessoa desistir do processo. Por exemplo, identificar as receitas e despesas não precisa ser muito específico, um usuário deve categorizar de forma mais geral. Flexibilidade é uma outra dica que se deve ter em mente, porque alguns gastos não acontecem todos os meses. As pessoas gastam mais dinheiro em sorvete no verão do que no inverno, por exemplo. A variação no orçamento deve ser feita em conformidade com essas variáveis.

### **2.2.2 Gestão de Riscos**

Ao elaborar um planejamento financeiro, deve-se considerar a existência de liquidez para possíveis emergências, a necessidade de cobrir dívidas já estabelecidas como fatura de cartão de crédito, empréstimos e outros compromissos firmados e ainda se o indivíduo já consegue economizar tanto quanto esperava, segundo Mao (2017).

A gestão de riscos deve ocorrer na parcela das receitas a serem reservadas para possíveis imprevistos. A perda de emprego e receita, o adoecimento e/ou falecimento de alguma pessoa do núcleo familiar, sinistro residencial ou veicular, quebra de equipamento são alguns exemplos de imprevistos que podem desestabilizar o planejamento financeiro e postergar a realização das metas traçadas. Mao (2017) diz que a proporção de despesas cobertas por um mês pode mostrar quantos meses alguém pode sobreviver em caso de perda de toda a renda. Uma das frequentes sugestões de Cerbasi (2014) e de outros especialistas é a formação de uma reserva de emergência, ao separar um valor proporcional a cerca de seis meses de receita bruta mensal para a cobertura de eventuais imprevistos.

Outra forma de mitigar os riscos é a contratação de seguros equivalentes ao

patrimônio já possuído, pelo menos até a formação desta reserva. Há diversos tipos de seguros no mercado: seguros de vida, automóvel, patrimonial, contra acidentes pessoais, de equipamentos, entre outros. Um exemplo de seguro citado por Mao (2017) é o seguro residencial, que é um seguro patrimonial que protege as residências contra danos. A apólice de seguro típica do proprietário cobre propriedade e responsabilidade. A parte da propriedade inclui a proteção da estrutura da casa, e danos de desastres naturais como: trovão, vento, fogo e explosão. O seguro residencial também tem uma cobertura da estrutura da casa e da propriedade ao redor dela. A responsabilidade legal cobre prejuízos causados a terceiros por algum sinistro da residência. Além dos mencionados acima, alguns seguros de proprietários de casas também oferecem apólices de animais de estimação contra doenças ou acidentes, conforme Mao (2017, *apud* Harrison, 2005).

A adesão a seguros é recomendada quando não há a formação de reserva para imprevistos, servindo como um aliado contra a potencial redução de patrimônio em razão de um sinistro. A renovação dos seguros contratados deve ser reavaliada continuamente de acordo com a reserva financeira familiar já construída.

### **2.2.3 Acumulação de Capital**

A terceira parte desse planejamento constitui-se na acumulação de capital, que é a aplicação dos recursos poupados mensalmente em investimentos que possibilitem a multiplicação de riqueza e composição de patrimônio. Na concepção de Garman (2008), neste tópico entraria a formação de reserva de emergência, mas também ele aborda outros tipos de acumulação de capital: ter poupança para adquirir bens, investir em ativos que gerem remuneração por juros compostos, dentre outros. É nessa parte do planejamento que são concentrados os esforços para o atingimento das metas propostas e consequente realização de objetivos.

Mao (2017, *apud* Magnarelli, 2011) lembra que, com o passar do tempo, as coisas mudam. Aos vinte anos, uma pessoa pode se preocupar em conseguir um emprego; quando faz trinta anos, se preocupa com a moradia ou com seu bebê recém-nascido. Os indivíduos devem rever seus planos financeiros e reavaliar sua situação financeira de acordo com seu momento de vida.

O planejamento financeiro pode assumir outros formatos diferentes do elencado até aqui, mas todos eles devem ter o mesmo propósito: organizar a vida financeira para a realização de sonhos. Com planos coordenados para cada objetivo

e com controle eficiente de gastos, todos podem obter independência financeira e consequente plenitude em várias outras áreas da vida.

### **2.3 O Crédito**

De modo geral, o banco costuma ser o primeiro local onde acontecem as atividades financeiras. Dinheiro, transações, investimentos, câmbio, empréstimos e demais serviços financeiros são operados em um banco, segundo Mao (2017). Os bancos são os intermediários financeiros entre os depósitos e os empréstimos. Assaf Neto (2014, p. 89 e 90) aborda o conceito de intermediação financeira:

A intermediação financeira tem por finalidade levantar recursos no mercado financeiro visando sua transferência para diversos agentes de mercado. Os intermediários financeiros (bancos, companhias de seguro etc.) contribuem para a realocação de recursos na economia, canalizando fundos de agentes superavitários, classificados como “poupadores”, para aqueles com carência de caixa. Agentes econômicos superavitários são todos que apuram fluxos de entradas de caixa (rendimentos) superiores aos seus fluxos de pagamentos. Os agentes econômicos deficitários são aqueles que incorrem em gastos de consumo e investimentos maiores que suas disponibilidades de caixa. Para a realização de intermediação financeira devem existir, entre outros pré-requisitos, bases institucionais adequadas para o bom funcionamento do mercado financeiro, sistema jurídico eficiente e respeito ao cumprimento dos contratos, existência de agentes econômicos com excesso de caixa e agentes que desejam gastar mais do que recebem de rendimentos (agentes superavitários e deficitários). A alocação de recursos através da intermediação financeira produz um maior dinamismo à economia, elevando a produção e oferecendo maior capacidade de consumo.

A relação entre as instituições financeiras e os agentes econômicos no Brasil é mediada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A atuação de bancos múltiplos, como os que as pessoas costumam utilizar para confiar seus recursos financeiros, é regulada e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil (BCB). O BCB, ou Bacen, como também é chamado, atua “como entidade reguladora do Sistema Financeiro Nacional, possui diversas alternativas e instrumentos legais para intervir nas instituições financeiras diante de qualquer ameaça ou concretização de crises no sistema bancário”, conforme Assaf Neto (2014, p. 96) define. Ele também é responsável por defender os agentes econômicos de práticas indevidas na disponibilização de serviços de crédito por parte das instituições financeiras.

O termo “crédito” é usado para descrever um arranjo no qual dinheiro, mercadorias ou serviços são recebidos em troca da promessa de pagamento de uma retribuição em uma data futura, conforme aborda Garman (2008). É uma relação de confiança entre credor e devedor, que deve ser cumprida de acordo com o contrato estabelecido entre ambas as partes. Para o seu fornecimento, o credor se utiliza de

informações sobre contratações e pagamentos feitos anteriormente pelo devedor, relacionando o seu histórico de pagamento com a sua capacidade em honrar o compromisso feito. O crédito tem diversas facetas, mas basicamente pode ser concedido em uma só vez, sendo pago em parcelas preestabelecidas, como é o caso do empréstimo, ou pode ser liberado para utilização mensal, como o cartão de crédito funciona.

A utilização de crédito divide opiniões. Apresenta muitas desvantagens, mas pode ser utilizado favoravelmente em diversas situações. O crédito pode ser muito vantajoso para aquisição imediata de bens de maior valor, que só seriam comprados depois de um tempo de poupança. Pode ser utilizado como uma forma prática de pagamento, o que reduz a utilização de dinheiro em espécie, sem haver a necessidade de saque ou de devolução de troco, além de facilitar o controle de gastos. O comprador pode consultar em sua fatura as compras realizadas, visualizar os seus hábitos de compra e, através dessa análise, estabelecer novos planos financeiros. O crédito pode ser utilizado como uma ferramenta de planejamento financeiro. Pode também ser uma proteção contra fraudes e roubo, já que as compras realizadas podem ser contestadas com o emissor do cartão de crédito. O crédito favorece o acesso à educação, através de financiamento por exemplo, favorecendo o crescimento intelectual de indivíduos que, de outra forma, não teriam condições de arcar com despesas estudantis, trazendo propenso crescimento financeiro. É uma boa alternativa também quando utilizado para a consolidação de diversas dívidas em um único contrato, o que traz mais organização e efetividade no pagamento de acordos diversos e pode até ser mais econômico, em razão do desejo de o credor reaver seus recursos.

O crédito oferece várias vantagens, mas suas desvantagens são bastante conhecidas pela sociedade. O uso do crédito é muito tentador para quem deseja vivenciar um padrão de vida maior do que pode arcar. É flexível, dando a possibilidade de o devedor ter acesso a produtos e experiências dispendiosos com formas de pagamento mais acessíveis, como o parcelamento. Isso mascara o valor total pago, considerando que a liberação de crédito sempre gera juros, por vezes abusivos.

Os juros são a remuneração paga para a utilização do crédito, do ponto de vista do tomador. Representam o custo do dinheiro. Para muitos consumidores, entender as taxas de juros cobradas ainda é complexo, embora o Conselho Monetário Nacional

tenha determinado, através da Resolução 3517 de 2007, a obrigatoriedade em informar, em toda operação de crédito e arrendamento mercantil, o custo efetivo total da operação, com todos os encargos financeiros. Por esse motivo, é reforçada nesta pesquisa a necessidade da divulgação de informações sobre educação financeira em larga escala, acessível a toda a população. Entender o quanto cada operação de crédito custa é fundamental para uma tomada de decisão assertiva.

Marques (2003, p. 1) pondera sobre a importância da responsabilidade sobre a utilização do crédito:

O crédito desempenha [...] um papel relevante na melhoria das condições de vida das famílias, ao antecipar a acessibilidade a determinado tipo de bens e serviços. Simultaneamente, obriga a um esforço acrescido de gestão e implica uma poupança forçada por parte das famílias, sobre os quais é conveniente refletir no momento em que contratam o crédito. Na verdade, a sua contratação em condições de sustentabilidade financeira débil (emprego precário, rendimentos baixos) pode ser a causa de sobreendividamento, no futuro.

Considerando esses pontos positivos e negativos, cabe a cada consumidor tomar a decisão de utilizar do crédito disponibilizado com responsabilidade, a fim de evitar o superendividamento e a inadimplência, conforme abordado a seguir.

#### **2.4 Endividamento: conceito e suas variáveis**

Conforme Marques (2003, p. 3), “entende-se por endividamento o saldo devedor de um agregado familiar”. É a condição em que parte da sua receita é comprometida em razão da utilização de crédito. Para obterem um produto ou serviço no tempo presente, esses consumidores se dispõem a assumir um compromisso a longo prazo comprometendo parte da sua renda mensal. Essa circunstância é esperada numa sociedade onde o crédito é largamente acessível, como é o caso do Brasil, mas essa alta disponibilidade creditícia também pode gerar o multi endividamento, que é quando o crédito é utilizado em mais de um contrato firmado, e pode dar origem à situação de superendividamento e inadimplência, em que o consumidor não cumpre o seu compromisso de pagamento dentro do prazo estabelecido. Essa situação limita o planejamento familiar e dificulta a formação de poupança, trazendo frustração e conflitos pessoais e familiares.

O consumidor superendividado (ou sobreendividado) pode se colocar nessa posição de maneira inconsciente, quando não tem informações suficientes para a utilização do crédito de forma hábil, mesmo assim o utiliza; ou consciente, quando detém o conhecimento, porém não o aplica, assumindo inúmeras obrigações que não

tem condições de realizar. As causas podem ser diversas, incluindo imprevistos ou situações não planejadas como questões de saúde familiar, morte de cônjuge, divórcio, atrasos de salário, perda de emprego, entre outros. Há situações também que envolvem julgamento equivocado, como má avaliação do orçamento, consumo irresponsável e contratação de crédito caro. A execução de um planejamento financeiro auxilia a evitar esse tipo de circunstância.

Indivíduos superendividados interferem diretamente na economia de uma comunidade, haja visto que todas as relações comerciais se baseiam na forma como cada uma das partes honra com os compromissos firmados. O superendividamento reduz o poder de compra, o que impede que as pessoas tenham capacidade de comprar novamente. A venda à prazo, como é praticada no Brasil, por exemplo, é realizada com base no crédito já disponibilizado pelas administradoras de cartão e financeiras, que por sua vez utilizam de dados sobre os hábitos de consumo e capacidade de pagamento de seus clientes. Se estes se encontram em superendividamento, não têm capacidade em realizar o pagamento dos compromissos já firmados, tampouco podem cumprir novos compromissos que venham a ser estabelecidos. Dessa forma, o crédito já não fica tão acessível, impossibilitando a realização de novos negócios. Os clientes ficam impedidos de consumirem os produtos e serviços ofertados pelo mercado, que por sua vez sofre uma desaceleração, prejudicando os ofertantes desse mercado em razão da dificuldade em vender sua força de trabalho e seus produtos. O cliente não consegue mais comprar, o comerciante já não consegue mais vender e todos os lados são prejudicados.

Marques (2003, p. 9 e 10) fala sobre a situação de exclusão dessas famílias e a importância de um suporte conjunto para resolução dessa questão:

O sobre-endividamento das famílias não se reduz, pois, a um problema de falta de liquidez. Ele é suscetível de se transformar num problema social grave. Acresce que, a exclusão do mercado de crédito e do mercado de outros bens e serviços implica, frequentemente, a exclusão do convívio social e familiar dos sobreendividados e tem repercussões na atividade laboral. Como um círculo vicioso esse *colocar-se e ser colocado à margem* acaba por influenciar negativamente a capacidade e a vontade de reorganização financeira e profissional destas pessoas. Por isso, tratar esse problema pode implicar, em muitos casos, uma abordagem multidisciplinar e abrangente, capaz de promover a autoestima e ajudar a manter os sobreendividados econômica e socialmente integrados.

É de responsabilidade de cada indivíduo, conjuntamente com o Estado, com as famílias e com toda a sociedade, dominar e difundir o conhecimento sobre finanças.

Marques (2003, p. 8) também aborda sobre esta relação entre a sociedade e o nível de sobreendividamento de sua população:

[...] Se o sobreendividamento é quase sempre uma situação do foro pessoal ou familiar, diretamente induzida por um imprevisto de vida ou por uma má decisão financeira, não deixa de ser também um problema de natureza social, diretamente relacionado com a saúde financeira da própria economia.

A influência da desorganização financeira e superendividamento é tamanha que essa questão é uma das causas para ideação suicida, segundo estudos da Universidade de Cambridge. Conforme Bebbington *et. al.* (2011), a dívida pessoal, o desemprego e a crise financeira são correlatos-chave da ideia suicida. Em 2007, 4,3% dos adultos na Inglaterra pensaram em tirar a própria vida nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa, variando de 1,8% dos homens com 55 anos a 7,0% das mulheres com 35-54 anos. Aqueles em dívida tinham o dobro de probabilidade de pensar sobre suicídio, sendo que os indivíduos com várias dívidas eram mais prováveis de relatar ideação suicida do que os que tinham apenas uma dívida. A dificuldade em pagar aluguel, compras, quitação de dívidas no cartão de crédito foi fortemente associada a pensamentos suicidas. Sentimentos de desesperança mediaram parcialmente a relação entre dívida e ideação suicida.

Bebbington *et. al.* (2011) também comenta sobre o fato de que as estatísticas mostram um aumento das taxas de suicídio em 2008 no Reino Unido (o primeiro aumento significativo em 20 anos), período de crise econômica mundial e dificuldade financeira. A forte associação de dívida e ideação suicida se encaixa com resultados de estudos que analisam as circunstâncias daqueles que morrem por suicídio. Bebbington *et. al.* (2011, *apud* Yip *et. al.*, 2007) mostra uma pesquisa feita em Hong Kong em que a severidade da dívida se tornou fator-chave. Entre os relatados casos de suicídio, eles descobriram que a atividade em jogos de azar estava entre as principais causas do acúmulo de dívidas e que contribuíram para cerca de 34% do total. Dificuldades e falhas em negócios (11%) e consumo excessivo de produtos e serviços ligados à vícios (8%) foram dois outros fatores importantes. A dificuldade econômica apenas contribuiu com uma pequena porção, embora quase metade de todos os suicídios ocorreram em desempregados. Esses dados indicam o quanto a execução de um orçamento financeiro pode influenciar nas demais áreas da vida e podem diminuir a possibilidade de endividamento. O diagnóstico clínico deste estudo é que o perfil das pessoas físicas com dívida precisa ser considerado. Indivíduos com dificuldades em sanar suas despesas relacionadas à habitação e novas dívidas por

perda de emprego, divórcio ou responsabilidades de cuidado necessitam de avaliação psiquiátrica, além de aconselhamento para sair das dívidas.

#### **2.4.1 Endividamento no Brasil em 2020 e o contexto da pandemia do novo coronavírus**

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, CNC, entidade sindical que defende os direitos de empreendedores no Brasil, realiza desde o ano de 2010 uma pesquisa no país intitulada por PEIC - Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. Através dela tem sido apurada a situação do mercado consumidor do Brasil e percebe-se que boa parte de sua população se encontrava endividada e, uma parcela desse grupo, inadimplente. Em agosto de 2020, a PEIC apurou que 67,5% das famílias brasileiras encontravam-se endividadas, 26,7% delas estavam com dívidas ou contas em atraso e que 12,1% não teriam condições de pagar. Esses números são maiores do que os apurados no mesmo período em 2019. Conforme pesquisa do SPC Brasil, 4 em cada 10 brasileiros estavam negativados em fevereiro de 2020.

A pandemia do novo coronavírus que atingiu o país e o mundo nos anos de 2020 e 2021 reforçou ainda mais a necessidade de planejamento financeiro por parte dos brasileiros. Os números acima citados referentes ao mês de agosto de 2020 contam também com imprevistos trazidos pela pandemia. Como medida de prevenção, o comércio, a indústria e várias outras instituições das cidades brasileiras tiveram suas portas fechadas por várias semanas (e até meses), a fim de minimizar o contágio da população. Em razão disso, muitas empresas não conseguiam obter o lucro necessário para manter a quantidade de funcionários e/ou dar continuidade ao negócio. Os brasileiros se viram numa situação de incerteza e não tinham muitas perspectivas de melhora da economia.

Conforme pesquisa realizada pelo IBGE e divulgada no site do G1 Bahia (2020), o estado da Bahia é o segundo no país em número de beneficiários do auxílio emergencial distribuído pelo governo federal durante a pandemia. Este auxílio foi disponibilizado com o propósito de ajudar famílias que foram prejudicadas pelas circunstâncias de fechamento do comércio e de ampliação das medidas de combate ao vírus, que não tinham outro tipo de renda durante esse período, sendo pagas 5 parcelas de R\$600,00 e 4 parcelas de R\$300,00 (na primeira fase, que ocorreu entre os meses de abril a dezembro de 2020) e mais 4 parcelas no valor médio de R\$250,00

(na segunda fase, aprovada para o ano de 2021), com encerramento para o mês de dezembro. No estado da Bahia, 61% da população obteve ao menos algum membro de sua família contemplado por este auxílio.

Além disso, uma pesquisa do IBGE (2020) apontou que o desemprego no país chegou a 13,8% no trimestre compreendido entre maio, junho e julho, patamar esse alcançado como a maior taxa desde o ano de 2012. Além disso, o número de desalentados também teve aumento. Pessoas desalentadas são as que não buscam trabalho, mas que aceitariam trabalhar, se tivessem a oportunidade. A pandemia não causou apenas a demissão de muitos profissionais e a extinção de muitos postos de trabalho, mas também dificultou a procura por emprego, seja em razão da falta de oferta, seja pelas restrições das medidas de prevenção ou por questões pessoais de saúde.

Uma circunstância totalmente imprevisível, como a instalação de uma pandemia mundial, aponta o quanto é de fundamental importância que haja em cada ambiente familiar a execução de um planejamento financeiro sólido. Quando não há planejamento e nem reservas para passar por esse momento, as pessoas se tornam dependentes financeiramente do Estado, assim como aconteceu com o auxílio emergencial do governo federal brasileiro

Essas e outras pesquisas indicam o quanto a população brasileira ainda encontra dificuldade na gestão pessoal de suas finanças. Como falado anteriormente, ainda não é culturalmente estabelecido conversar sobre dinheiro, considerando que a educação básica no país não apresenta nenhum método de ensino específico sobre economia doméstica, falta que pode ser sentida nos indivíduos adultos que encontram dificuldade em administrar os recursos e o crédito disponíveis a estes.

### **3 METODOLOGIA**

Neste capítulo, abordamos a metodologia aplicada neste estudo. O tema proposto por esta pesquisa trata do conhecimento sobre a gestão de finanças pessoais e a sua aplicabilidade em um público específico: alunos do curso de administração da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Por se tratar de assunto pouco abordado no âmbito acadêmico e na universidade em questão, o método aplicado foi a pesquisa exploratória. “Se o propósito do projeto é explorar um tema que foi pouco estudado, utilizam-se pesquisas exploratórias.” (ROESCH, 1999, p. 131).

A questão norteadora desta pesquisa é: “Qual a relação entre o conhecimento teórico sobre finanças e os níveis de endividamento pessoal dos alunos do curso de graduação em Administração da UEFS?”, elaborada a partir das hipóteses de que, com o conhecimento sobre finanças pessoais, os indivíduos apresentam melhoria na compreensão de conceitos de finanças; aumento do domínio dos discentes sobre gestão financeira, gerando a redução dos níveis de endividamento dos mesmos; além de aumento do índice de satisfação pessoal no desenvolvimento da profissão de administrador e de conquista de independência financeira. Seu objetivo foi entender a relação entre o conhecimento sobre finanças pessoais demonstrado pela população observada e o seu nível de endividamento.

Conforme aborda Roesch (1999), quando a pesquisa busca medir variáveis, como é o caso desta pesquisa, é recomendável se utilizar da pesquisa quantitativa. A metodologia aplicada foi a quantitativa por entender que este será um estudo para verificar, através de valores de referência recomendados pela bibliografia estudada, qual a situação do endividamento dos alunos e qual a interferência do seu conhecimento sobre finanças em relação a isso, partindo da hipótese de que quanto maior o conhecimento sobre finanças, menor o nível de endividamento.

#### **3.1 Levantamento de dados**

Os instrumentos de levantamento de dados utilizados foram questionários preenchidos através de comunicação digitais, observação do perfil do público pesquisado e pesquisa bibliográfica. A coleta de dados se dará através de questionário preenchido no aplicativo Google Forms pelos alunos abordados, em links enviados ao endereço de e-mail e pelo aplicativo de mensagens Whatsapp. Sobre o uso de questionários, Roesch (1999) continua:

“[O questionário] é o instrumento mais utilizado em pesquisa quantitativa [...]. Não é apenas um formulário, ou um conjunto de questões listadas sem muita reflexão. O questionário é um instrumento de coleta de dados que busca mensurar alguma coisa. Para tanto, requer esforço intelectual anterior de planejamento, com base na conceituação do problema de pesquisa e do plano de pesquisa, e algumas entrevistas exploratórias preliminares. [ROESCH, 1999, p. 142].

Com base na bibliografia acessada, em investigação aos pressupostos levantados, realizamos a elaboração de formulário de coletas de dados (questionário), que consta como apêndice A ao final deste estudo e o encaminhamos aos respondentes, conforme comentado anteriormente.

### **3.2 Local e participantes**

O universo dessa pesquisa foi o grupo de discentes ativos do Curso de Administração da UEFS, que em setembro de 2020 contava com 412 estudantes<sup>4</sup> ativos no curso e a amostra foi de 99 discentes abordados de forma aleatória por conveniência pela pesquisadora. Trata-se de abordagem por julgamento, quando “os indivíduos entrevistados são aqueles que foram localizados pelo pesquisador e não se tem certeza de sua representatividade”, conforme comenta Roesch (1999, p. 140). A pesquisa foi apoiada na utilização de bibliografia e de questionários preenchidos com base nas respostas emitidas pelos discentes participantes do Curso de Administração da universidade elencada, sendo esse o atual ambiente de estudo onde a pesquisadora se gradua em Bacharelado em Administração.

---

<sup>4</sup> Esse dado foi informado pelo Colegiado do curso de Administração da UEFS através de meio eletrônico, pelo e-mail oficial coladm@uefs.br recebido em 15 set. 2020.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

A análise de dados ocorreu através de métodos estatísticos, por meio de tabulação da frequência dos dados levantados pelos questionários. As pessoas alcançadas pela pesquisa foram alunos do curso de Administração da UEFS que pertenciam a um grupo do aplicativo de mensagens Whatsapp chamado de “Administração UEFS”. Neste grupo foi disponibilizado o link para acesso ao questionário sendo utilizada a técnica de Bola de Neve, quando é solicitada aos respondentes a divulgação dos questionários a outros indivíduos do mesmo universo. O período de coleta das informações se deu entre os dias 11 de abril e 05 de maio de 2021. Houve 99 respondentes, o que corresponde ao percentual de 24,03% dos 412 estudantes ativos do curso de Administração da Universidade Estadual de Feira de Santana. A seguir, as tabelas demonstram os resultados encontrados.

##### I - IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DOS RESPONDENTES

Nesta seção, foi realizada a identificação do perfil socioeconômico dos participantes, com dados como faixa etária, gênero, período de ingresso no curso de graduação em Administração da referida instituição, dentre outras informações, como segue abaixo.

**Tabela 01 – Distribuição das respostas dos respondentes sobre a questão: “Você é aluno do curso de graduação em Administração da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)?”. Bahia, 2021**

Resposta	Frequência	%
Sim	99	100
Não	-	-

Obs.: Dados obtidos a partir das respostas à questão 1 do questionário

A primeira pergunta do questionário serviu para selecionar os respondentes de forma a assegurar que apenas os alunos do curso de graduação da UEFS responderiam as demais questões que viriam a seguir. Conforme tabela acima, todos os respondentes confirmaram a informação de que pertencem ao grupo de universo desta pesquisa.

**Tabela 02 – Distribuição das respostas dos participantes sobre a questão: “Assinale a ÚNICA opção correspondente à sua faixa etária” Bahia, 2021**

Faixa Etária	Frequência	%
Abaixo de 20 anos	6	6,1
Entre 21 e 25 anos	63	63,2

Entre 26 e 30 anos	23	23,3
Entre 31 e 35 anos	2	2
Entre 36 e 40 anos	2	2
Entre 41 e 45 anos	2	2
Entre 46 e 50 anos	1	1
Acima de 50 anos	-	-

Obs.: Dados obtidos a partir das respostas à questão 2 do questionário

Na pergunta seguinte, os respondentes informaram a sua faixa etária e foi possível observar que grande parte da amostra estava na faixa etária entre 21 e 25 anos (63,3%). Podemos perceber também que 92,9% dos respondentes têm até 30 anos de idade, o que identifica a maior parte do público como jovem. As demais faixas etárias indicadas seguem acima no quadro representado.

**Tabela 03 – Distribuição das pessoas por gênero. Bahia, 2021**

Gênero	Frequência	%
Feminino	60	60,6
Masculino	39	39,4
Outro	-	-

Obs.: Dados obtidos a partir das respostas à questão 3 do questionário

Foi solicitado aos respondentes que identificassem o seu gênero e foi perceptível a predominância numérica das alunas do sexo feminino (60,6%), conforme observado no quadro acima.

**Tabela 04 – Distribuição das pessoas por estado civil. Bahia, 2021**

Estado civil	Frequência	%
Solteiro (a)	79	79,8
Casado (a)	19	19,2
Divorciado (a)	-	-
Viúvo (a)	-	-
Morando junto (união estável)	1	1

Obs.: Dados obtidos a partir das respostas à questão 4 do questionário

A pergunta de número 04 se referiu ao estado civil dos respondentes. Dentre eles, a maioria expressiva elencada foi de estudantes solteiros com 79,8% das respostas, embora 20,2% dos respondentes tenham indicado estarem casados ou em união estável.

**Tabela 05 – Distribuição das respostas dos participantes sobre a questão: “Assinale a opção correspondente ao seu período de ingresso no curso de administração da UEFS” Bahia, 2021**

Período de ingresso	Frequência	%
---------------------	------------	---

Antes de 2010.1	-	-
Entre 2010.1 e 2011.2	1	1
Entre 2012.2 e 2013.2	9	9,1
Entre 2014.1 e 2015.2	39	39,4
Entre 2016.1 e 2017.2	30	30,3
Entre 2018.1 e 2019.2	18	18,2
A partir de 2020.1	2	2

Obs.: Dados obtidos a partir das respostas à questão 5 do questionário

A pergunta seguinte se referiu ao período de ingresso dos alunos no curso de graduação em Administração da UEFS. Foi possível perceber que a maioria dos alunos ingressaram até o período de 2017.2 (79,8%), o que indica que grande parte dos alunos entrevistados tiveram contato com as disciplinas de Finanças e Matemática Financeira, que são ofertadas até o sexto semestre do curso. Dessa forma, podemos perceber que os participantes da amostra verificada tinham certo nível de conhecimento sobre finanças.

O fato de ter sido utilizada a amostragem por conveniência pode ter influenciado o acesso a respondentes do universo pesquisado que já passaram por essa fase de aprendizado no curso. A amostra não representa especificamente a realidade de todos os alunos do curso, mas reflete o comportamento de alunos que tiveram acesso ao conhecimento sobre gestão financeira em algum momento do curso, que possibilita a verificação da hipótese levantada de que os indivíduos que têm acesso ao conhecimento de finanças conseguem se organizar financeiramente de forma mais eficiente.

## II – PERFIL FINANCEIRO DO ENTREVISTADO

Na seção a seguir, foi possível identificar o perfil financeiro dos estudantes da amostra, com informações como a confirmação se possuem renda ou não, a quantidade de pessoas que moram na mesma residência dos participantes e entender qual a faixa de renda do seu agregado familiar. Dessa forma, foi possível perceber se estes alunos frequentemente tomam decisões financeira e qual a renda que a sua família dispõe atualmente.

**Tabela 06 – Distribuição das respostas dos participantes sobre a questão: "Você possui algum tipo de renda?" Bahia, 2021**

Resposta	Frequência	%
Sim	89	89,9
Não	10	10,1

Obs.: Dados obtidos a partir das respostas à questão 6 do questionário

A sexta pergunta identificou que 89,9% dos entrevistados possuem algum tipo de renda. Sendo assim, a maioria dos alunos frequentemente toma decisões sobre como utilizar recursos financeiros.

**Tabela 07 – Distribuição das respostas dos participantes sobre a questão: “Quantas pessoas moram na sua casa atualmente?” Bahia, 2021**

<b>Quantidades de moradores</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
01 pessoa	8	8,1
02 pessoas	32	32,3
03 pessoas	19	19,2
04 pessoas	30	30,3
05 pessoas	9	9,1
06 pessoas	-	-
Acima de 06 pessoas	1	1

Obs.: Dados obtidos a partir das respostas à questão 7 do questionário

A pergunta 07 trata sobre a quantidade de pessoas residentes nas casas dos entrevistados. A maior parte dos alunos mora em uma casa com dois a quatro residentes.

**Tabela 08 – Distribuição das respostas dos participantes sobre a questão: “Qual a faixa de renda em sua família?” Bahia, 2021**

<b>Quantidades de moradores</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Abaixo de 1 salário mínimo	6	6,1
Entre 1-3 salários mínimos	65	65,7
Entre 4-6 salários mínimos	20	20,2
Entre 7-9 salários mínimos	5	5
A partir de 10 salários mínimos	3	3

Obs.: Dados obtidos a partir das respostas à questão 8 do questionário

A oitava pergunta identifica qual a faixa de renda familiar. O valor do salário-mínimo no período da aplicação dos questionários era de R\$1.100,00. 65,7% dos respondentes possuem renda familiar entre 1 e 3 salários-mínimos.

Conforme aborda Brusque (2007), em um Estudo de Orçamentos Familiares realizado pelo IBGE em 2006, foi possível perceber, com dados do estado de São Paulo, que as famílias que tinham renda semelhante ou próxima ao salário-mínimo na época (cerca de R\$400,00) acabavam gastando mais que o dobro do que ganhavam. Famílias que ganhavam, no mesmo período do estudo, até R\$ 3 mil (correspondente a aproximadamente 7,5 salários-mínimos nesse ano) tinham despesas que excediam o seu faturamento em até 33%. Apenas famílias com rendimentos superiores a R\$ 3 mil conseguiam gastar dentro de suas possibilidades. Ao mesmo tempo, no mesmo

ano, as taxas de inadimplência para empréstimos bancários, cheques e cartões de crédito tiveram alta de 14% em relação ao ano anterior. Embora esses dois dados não sejam inteiramente comparáveis (este estudo analisou famílias e examinou as receitas e despesas gerais, sendo que os dados se referem a modalidades de crédito de pessoas físicas), eles sugerem, no entanto, que o endividamento é uma importante estratégia de gestão financeira, mas que não é facilmente controlada pelas famílias. Além disso, o valor do salário-mínimo no país influencia na necessidade de utilização do crédito pelos indivíduos de baixa renda. Se as famílias não recebem remuneração mínima para obterem os insumos básicos para sobrevivência, esta recorrerá ao crédito para suprir a necessidade não contemplada pela renda. O crédito é uma poderosa (e até necessária) ferramenta para famílias de baixa renda para sobreviver e suavizar o consumo.

O autor também aborda sobre o quanto os trabalhadores assalariados têm um maior risco de superendividamento, já que o segmento pode ser caracterizado pela estabilidade financeira e por ser mais visado pelos credores, principalmente na liberação de crédito consignado. No caso dos alunos observados, o fato de a maioria informar ter renda entre um e três salários-mínimos pode indicar que se trate de um público mais propenso a utilizar linhas de crédito, na falta de renda suficiente.

Segundo Marques (2003), “se o sobreendividamento é quase sempre uma situação de foro pessoal ou familiar [...], não deixa de ser também um problema social, diretamente relacionado com a saúde financeira da própria economia.” Dessa forma, entendemos também que o valor do salário-mínimo na moeda local frente ao seu poder de compra e a capacidade de subsistência das famílias assalariadas influencia fortemente na gestão financeira individual e familiar dos membros da sociedade.

### III – CONHECIMENTO DO ENTREVISTADO SOBRE FINANÇAS

Devido a necessidade de identificar o nível de conhecimento dos entrevistados sobre finanças, quais os meios de acessos a esse tipo de informação e qual o contato tido pela amostra na universidade sobre o tema citado, foram elaboradas as questões abaixo.

**Tabela 09 – Distribuição das respostas dos participantes sobre a questão: "Já estudou ou teve acesso a algum material sobre finanças pessoais?" Bahia, 2021**

Resposta	Frequência	%
----------	------------	---

Sim	74	74,7
Não	25	25,3

Obs.: Dados obtidos a partir das respostas à questão 9 do questionário

A pergunta 9 identificou que 74,7% dos entrevistados tiveram acesso a algum conteúdo sobre finanças pessoais, o que representa três em cada quatro alunos entrevistados.

**Tabela 10 – Distribuição das respostas dos participantes sobre a questão: “Se respondeu SIM à pergunta anterior, qual(is) o(s) principal(is) meio(s) que se utilizou para ter acesso a esse tipo de conteúdo?” Bahia, 2021**

Respostas	Frequência	%
Livros e revistas	34	45,9
Mídias sociais (como YouTube, Instagram e Facebook)	62	83,8
Televisão	10	13,5
Orientações de professores e/ou profissionais especializados	26	35,1
Conselhos de parentes, amigos e conhecidos	17	23
Outros	5	7

Obs.: Dados obtidos a partir das respostas à questão 10 do questionário

A décima pergunta identificou quais os meios utilizados para a obtenção desse conhecimento por parte dos que informaram ter tido acesso a material sobre conhecimento de finanças. 83,8% dos alunos informou ter utilizado as mídias sociais para terem acesso a esse conteúdo, o que reforça ainda mais a procura das pessoas pelo assunto na internet, como comentado anteriormente. Livros e revistas também são fontes frequentemente utilizadas pelos participantes na busca por conhecimento na área de finanças pessoais (45,9% das pessoas). Orientações de professores e professores Os estudantes que responderam a opção “Outros” identificaram o acesso a cursos e artigos na internet. Os participantes responderam mais de uma opção nessa questão. Sendo assim o percentual se refere à frequência em que cada meio foi acessado pela amostra.

**Tabela 11 – Distribuição das respostas dos participantes sobre a questão: "Já cursou alguma das disciplinas do curso de graduação em Administração da UEFS ligadas à área de Finanças?" Bahia, 2021**

Resposta	Frequência	%
Sim	82	83,7
Não	16	16,3

Obs.: Dados obtidos a partir das respostas à questão 11 do questionário

A pergunta seguinte trata sobre o número de respondentes que cursaram as disciplinas sobre Finanças trabalhadas no curso. 83,7% dos alunos responderam afirmativamente à pergunta, o que confirma a hipótese levantada no que foi observado na pergunta 05, relacionada ao período de ingresso dos alunos no curso. Dessa forma, pudemos perceber que a nossa amostra foi formada, em sua maioria, por alunos que já tiveram acesso ao conhecimento sobre finanças dentro da universidade.

**Tabela 12 – Distribuição das respostas dos participantes sobre a questão: "Você utiliza ou já utilizou um planejamento financeiro para organização de suas finanças?" Bahia, 2021**

Resposta	Frequência	%
Sim	71	72,4
Não	27	27,6

Obs.: Dados obtidos a partir das respostas à questão 12 do questionário

A pergunta nº 12 investigou sobre a utilização de planejamento financeiro na organização das finanças por parte dos participantes. 7 em cada 10 alunos investigados pela nossa pesquisa informaram terem utilizado, em algum momento da vida, um planejamento financeiro.

**Tabela 13 – Distribuição das respostas dos participantes sobre a questão: "Utiliza qual(is) ferramenta(s) para a organização do seu planejamento financeiro?" Bahia, 2021**

Resposta	Frequência	%
Em tabelas manuais (livro ou caderno de anotações)	46	48,9
Planilhas em Excel	39	41,5
Aplicativos de controle de finanças	19	20,2
Não realizo planejamento financeiro	17	18,1

Obs.: Dados obtidos a partir das respostas à questão 13 do questionário

Para investigar as ferramentas utilizadas no planejamento financeiro, a pergunta seguinte questionou aos participantes sobre o que utilizavam para a sua organização financeira. Foi possível observar que anotações manuais são recursos amplamente utilizados pelos entrevistados (48,9%). Planilhas em Excel também é um recurso bastante utilizado, sendo que 41,5% dos respondentes informaram que as utilizam.

**Tabela 14 – Distribuição das respostas dos participantes sobre a questão: "Possui algum tipo de investimento? Se sim, quais dessas opções utiliza ou já utilizou" Bahia, 2021**

Resposta	Frequência	%
----------	------------	---

Poupança	60	60,2
Renda fixa (CDB, títulos públicos, LCI, LCA, entre outros)	19	19,8
Renda variável (ações, opções, debêntures, fundos de investimentos, entre outros)	14	14,6
Outros	2	2
Não possuo nenhum tipo de investimento	26	27,1

Obs.: Dados obtidos a partir das respostas à questão 14 do questionário

A pergunta seguinte buscar averiguar quais os tipos de investimento dos respondentes. Dentre as opções oferecidas, 60,2% dos alunos informaram utilizarem a caderneta de poupança no momento de investir. A liquidez diária e a isenção de impostos reforçam a popularidade deste investimento. 19,8% dos alunos têm recursos investidos em renda fixa e 14,6% dos alunos possuem investimentos na renda variável. Pudemos perceber também que cerca de um quarto dos respondentes não possuem nenhum investimento ainda.

**Tabela 15 – Distribuição das respostas dos participantes sobre a questão: “Costuma realizar planejamento para a realização de seus sonhos?” Bahia, 2021**

Resposta	Frequência	%
Frequentemente	50	50,5
Às vezes	38	38,4
Raramente	11	11,1
Nunca	-	-

Obs.: Dados obtidos a partir das respostas à questão 15 do questionário

A 15ª pergunta do questionário buscou identificar se os participantes utilizavam o planejamento na realização de seus sonhos. Todos informaram terem se planejado nesse sentido em pelo menos algum momento da vida, mas a observação em destaque é que metade dos alunos realizam planejamento de forma frequente.

**Tabela 16 – Distribuição das respostas dos participantes sobre a questão: “Você possui atualmente alguma reserva financeira para emergências e imprevistos, como a quebra de um eletrodoméstico, manutenção em veículos, gastos médicos não esperados, entre outros?” Bahia, 2021**

Resposta	Frequência	%
Sim, o valor poupado é correspondente ao valor de 6 meses da minha renda atual ou mais	19	19,2
Sim, porém o valor é menor do que o correspondente a 6 meses da minha renda atual	49	49,5
Não possuo reserva de emergência	31	31,3

Obs.: Dados obtidos a partir das respostas à questão 16 do questionário

A formação de uma reserva de emergência se mostrou muito importante em nossa investigação, conforme autores pesquisados, mas podemos perceber que três em cada dez alunos ainda não possuem reserva de emergência. 68% dos alunos informaram terem reserva inferior a seis meses de renda e apenas 19% de todo o grupo participante indicou possuir reserva correspondente a, no mínimo, seis meses da sua própria renda. A formação de reserva de emergência é uma alternativa necessária para quem deseja evitar o descontrole financeiro e, conseqüentemente, o sobreendividamento.

Através dos dados fornecidos por nossos respondentes, já existe a consciência da formação de reserva financeira para momentos de adversidade por quase 70% dos alunos, embora a grande maioria dos que já tem algum capital reservado ainda não têm reserva correspondente a, no mínimo, seis meses de renda.

**Tabela 17 – Distribuição das respostas dos participantes sobre a questão: “Se considera uma pessoa consumista ou poupadora?” Bahia, 2021**

<b>Resposta</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Poupadora	60	60,6
Consumista	39	39,4

Obs.: Dados obtidos a partir das respostas à questão 17 do questionário

A pergunta 17 buscou entender a visão individual de estudantes com relação à sua conduta na administração de seu dinheiro. A maioria dos alunos se vê como poupador (60,6%).

#### **IV – NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO DO ENTREVISTADO**

Por fim, verificamos os níveis de endividamentos dos participantes de acordo com as respostas informadas por ele. É possível perceber o seu comportamento quanto à utilização de linhas específicas de crédito e também mensurar o nível de comprometimento mensal com dívidas que a amostra apresentou.

**Tabela 18 – Distribuição das respostas dos participantes sobre a questão: “Você sabe exatamente o valor das dívidas que possui atualmente (financiamentos e empréstimos tomados, em dia ou não)?” Bahia, 2021**

<b>Resposta</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Não sei o valor exato, pois não acompanho frequentemente os valores	2	2,1
Sei parcialmente quanto devo (tenho uma ideia de qual seja o valor, mas não sei confirmar com exatidão)	26	27,4

Sei o valor exato e acompanho com frequência a evolução de pagamento de todas as minhas dívidas	67	70,5
---	----	------

Obs.: Dados obtidos a partir das respostas à questão 18 do questionário

A pergunta de nº 18 procurou identificar se os participantes sabiam com exatidão o valor atual de suas dívidas. Cerca de 70% deles responderam afirmativamente, acompanhando com frequência a evolução de suas dívidas.

Brusky (2007) comenta em sua pesquisa sobre a definição de dois tipos de sobreendividamento: ativo e passivo. Esses conceitos foram estabelecidos pelo Observatório do Endividamento do Consumidor da Universidade de Coimbra, em Portugal. O sobreendividamento ativo se refere a uma situação em que o indivíduo contribui ativamente para a criação de condição de endividamento por descontrole ou má vontade. Já o passivo envolve imprevistos e circunstâncias em afetam consideravelmente a capacidade de pagamento do indivíduo. O autor continua informando que o endividamento passivo é mais comum do que o ativo e que, nesse caso, a prevenção se refere mais a formação de uma estrutura de segurança financeira e social do que a mudança de comportamento. A execução de planejamento financeiro de forma sistemática e eficiente leva o indivíduo a evitar o endividamento ativo.

**Tabela 19 – Distribuição das respostas dos participantes sobre a questão: “Utiliza o cartão de crédito? Se sim, como realiza o pagamento da fatura do cartão?” Bahia, 2021**

Resposta	Frequência	%
Pago o valor total da fatura, até o dia do vencimento	83	83,8
Pago o valor mínimo ou parcial da fatura e realizo o parcelamento do valor restante	1	1
Pago o valor mínimo ou parcial da fatura e deixo o restante para o próximo mês	-	-
Não utilizo o cartão de crédito	15	15,2

Obs.: Dados obtidos a partir das respostas à questão 19 do questionário

Quanto à utilização do cartão de crédito, 83,8% dos entrevistados informaram fazer o pagamento integral do cartão de crédito até a data do vencimento, o que permite a utilização do crédito de forma consciente, sem o pagamento de juros altos no cartão. Do restante, apenas uma pessoa informou ainda realizar o pagamento parcial ou incompleto do cartão e o restante informou não utilizar essa ferramenta de crédito.

**Tabela 20 – Distribuição das respostas dos participantes sobre a questão: “Já utilizou ou costuma utilizar o limite de cheque especial? Se sim, de que forma isso aconteceu ou acontece?” Bahia, 2021**

<b>Resposta</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Nunca utilizei	77	77,8
Utilizei uma ou duas vezes, em casos de emergência, mas cobri em até 10 dias	14	14,1
Costumo utilizar todos os meses, mas realizo a cobertura do valor assim que o salário cai na conta, ou quanto recebo algum outro recurso	8	8,1

Obs.: Dados obtidos a partir das respostas à questão 20 do questionário

A pergunta 20 buscou entender como os participantes utilizam o limite do cheque especial. Cerca de 78% deles informaram nunca terem utilizado esse recurso. Dos que utilizam, a maioria já utilizou ou utiliza em momentos de emergência e procura cobrir o limite em até 10 dias para minimizar a cobrança de juros. Conforme abordou Brusky (2007) em sua pesquisa, o uso ocasional do limite do cheque especial não está necessariamente associado ao endividamento. O risco, ao que parece, está relacionado à frequência do uso, sendo que a amostra verificada informou utilizar em baixa frequência, como consta na tabela acima.

**Tabela 21 – Distribuição das respostas dos participantes sobre a questão: “Tem parte da sua renda mensal comprometida com algum compromisso financeiro (empréstimo, financiamento, entre outros) de longo prazo (a partir de 12 meses)? Se sim, qual o percentual da sua renda mensal é utilizado para pagamento destes compromissos?” Bahia, 2021**

<b>Resposta</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Abaixo de 10% da renda mensal	5	5,1
Entre 10-30% da renda mensal	25	25,3
Entre 31-60% da renda mensal	13	13,1
Entre 61-90% da renda mensal	3	3
Acima de 90% da renda mensal	-	-
Não sei responder	2	2
Não tenho dívidas a longo prazo	51	51,5

Obs.: Dados obtidos a partir das respostas à questão 21 do questionário

A última pergunta do questionário tinha como objetivo identificar o nível do comprometimento mensal dos alunos quanto ao nível de endividamento. A maioria dos alunos informaram não terem dívidas de longo prazo. Dentre os demais, grande parte informa ter de 10 a 30% de sua renda mensal comprometida com algum compromisso financeiro a longo prazo.

Segundo aborda Brusky (2007), ao contrário de “insolvência financeira” ou “falência” (termos ligados a entidades que estejam em dificuldade de honrar seus compromissos), não há definição legal para o termo “superendividamento”. A Comissão para os Direitos do Consumidor da Europa define por superendividamento a situação em que uma pessoa não é capaz de pagar suas dívidas com os rendimentos de que dispõe. Para os fins deste estudo, o termo se refere a uma situação em que as prestações totais mensais da dívida representam mais de 75% da renda mensal ou que esse total represente 50% da renda mensal e que contas básicas de serviços públicos e concessionárias estejam com mais de 30 dias de atraso.

Se fizermos um comparativo entre os dados obtidos dos nossos respondentes, podemos perceber que a maioria não se encontra atualmente em situação de superendividamento. 51,5% da amostra afirma não ter dívidas. 30,4% estão com dívidas que comprometem até 30% da sua renda, o que pode ser considerado com um grupo capaz de pagar as suas dívidas, conforme sugere Brusky (2007) em sua pesquisa. 13,1% correm o risco de estar superendividados e 3% de toda a mostra informou estar com sua renda comprometida entre 60 e 90% com dívidas, o que caracteriza este grupo como superendividados.

Brusky (2007) observa em sua pesquisa que indivíduos considerados superendividados estão em situação de extrema pressão financeira, sem perspectiva de resolução. A categoria que foi considerada em risco de endividamento também representa uma situação dramática, embora o respondente tenha um pouco mais de espaço para ajustes no orçamento.

## 5 CONCLUSÃO

Através deste estudo, foi possível observar o quanto o nível de endividamento pessoal pode crescer em sociedades em que a educação financeira não é desenvolvida e trabalhada na educação básica e na vida adulta. Mesmo que um país, como o Brasil, tenha ampla oferta de crédito, sem educação financeira as pessoas não utilizam o crédito de maneira eficiente e acabam se colocando em situação de endividamento. O superendividamento e a inadimplência alcançam níveis expressivos nesse tipo de circunstância, situação essa que foi evidenciada pela pandemia do novo coronavírus. Instaurada em 2020, a pandemia demonstrou o quanto muitas pessoas estavam financeiramente despreparadas para imprevistos como perda de emprego, questões de saúde e mudança na economia. A pandemia também piorou ainda mais a situação de vulneráveis, que não tem acesso a condições mínimas de sobrevivência. Nesse contexto, o grande número de pessoas que solicitaram o auxílio emergencial refletiu a necessidade econômica do país, cuja população ainda não tem acesso efetivo a informações sobre gestão financeira e luta com a desigualdade social. O estudo enfatizou a necessidade de tornar acessível à população em geral o conhecimento sobre gestão financeira pessoal.

Além disso, dentre a população pesquisada, foi possível observar que os alunos do curso de administração da UEFS possuem conhecimento considerável sobre finanças e realizam planejamento financeiro na gestão de seus recursos pessoais. São indivíduos que se veem como poupadores, com baixo ou nenhum nível de endividamento e que possuem investimentos aplicados. Dessa forma, a hipótese levantada no início da pesquisa pode ser confirmada: pessoas que têm conhecimento sobre finanças pessoais conseguem gerir sua vida financeira de forma mais assertiva.

Em razão da importância e necessidade de educação financeira para a população brasileira, é necessária a elaboração de planos eficientes de aplicação e ensino sobre gestão financeira por parte das entidades educacionais do país, a serem aplicados desde a educação básica, para que a população desenvolva a habilidade em gerir seu orçamento familiar a fim de melhorar a sua qualidade de vida. É necessário, ainda, que as pessoas tenham conhecimento sobre o uso inteligente das diversas linhas de crédito do mercado e sobre como organizar o seu orçamento familiar de forma a evitar o sobre-endividamento. São necessárias também ações governamentais de estímulo à divulgação do conhecimento sobre gestão financeira

de forma mais efetiva, a fim de educar sua população e transformá-la em uma nação capaz de construir poupança e movimentar a economia do país rumo à prosperidade.

## 6 REFERÊNCIAS

ABDALA, V. Endividamento e inadimplência de famílias crescem em junho, diz CNC. **Agência Brasil**. Brasília, 18 jun. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-06/endividamento-e-inadimplencia-de-familias-crescem-em-junho-diz-cnc>>. Acesso em: 15 set. 2020.

ARCURI, N. **Me Poupe**. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

ASSAF NETO, A. **Mercado Financeiro**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 89, 90-96.

Bahia é o segundo estado onde mais pessoas receberam o auxílio emergencial do Governo Federal, aponta pesquisa do IBGE. **G1 BA e TV Bahia**, Salvador, 30 jun. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/06/30/bahia-e-o-segundo-estado-onde-mais-pessoas-receberam-auxilio-emergencial-do-governo-federal-aponta-pesquisa-do-ibge.ghtml>>. Acesso me: 13. out. 2020.

BEBBINGTON, P. E. *et. al.* **Personal debt and suicidal ideation**. Cambridge, 2011. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/44675779\\_Personal\\_debt\\_and\\_suicidal\\_ideation](https://www.researchgate.net/publication/44675779_Personal_debt_and_suicidal_ideation)>. Acesso em: 08 mar. 2021.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Resolução CMN nº 3.517, de 2007. Dispõe sobre a informação e a divulgação do custo efetivo total correspondente a todos os encargos e despesas de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, contratadas ou ofertadas a pessoas físicas**. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=%2Flists%2Fnormativos%2Fattachments%2F48005%2Fres\\_3517\\_v1\\_o.pdf&utm\\_source=blog&utm\\_campaign=rc\\_blogpost](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=%2Flists%2Fnormativos%2Fattachments%2F48005%2Fres_3517_v1_o.pdf&utm_source=blog&utm_campaign=rc_blogpost)>. Acesso em: 17 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Curricular Comum. Brasília, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_sit\\_e.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf). Acesso em: 14 maio 2021

BRUSKY, B. MAGALHÃES, R. S. **Assessing Indebtedness: Results from Pilot Survey among Steelworkers in São Paulo**. Genebra, 2007. Disponível em: [http://www.ilo.int/wcmsp5/groups/public/---ed\\_emp/documents/publication/wcms\\_117961.pdf](http://www.ilo.int/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_117961.pdf) Acesso em: 30 set. 2020.

BUAES, C. S.; COMERLATO, D.; DOLL, J. **Caderno de educação financeira: viver bem com o dinheiro que se tem**. 1. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015.

CERBASI, G. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2014.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; SILVA, F. C. **Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos**. In: Seminários em Administração, XII, 2009, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2020.

CRUZ, L. Maioria de inadimplentes no comércio de Feira é do sexo feminino, diz SPC. **Acorda Cidade**, Feira de Santana, 19 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.acordacidade.com.br/noticias/205545/maioria-de-inadimplentes-no-comercio-de-feira-e-do-sexo-feminino-diz-spc.htm>>. Acesso em: 15 set. 2020.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985. p. 66-76.

Desemprego chega a 13,8% no trimestre encerrado em julho, maior taxa desde 2012. **IBGE**, São Paulo, 28 ago. 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29000-desemprego-chega-a-13-8-no-trimestre-encerrado-em-julho-maior-taxa-desde-2012>>. Acesso em 13 out. 2020.

É possível sair do superendividamento. **BCB**, Brasília, DF. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/folder\\_serie\\_II\\_%E9\\_possivel\\_sair\\_do\\_superen-dividamento.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/folder_serie_II_%E9_possivel_sair_do_superen-dividamento.pdf)>. Acesso em: 08 mar. 2021.

Endividamento dos brasileiros sobe ligeiramente em agosto e registra ritmo menor. **CNC**, Brasília, 09 mar. 2020. Disponível em: <<http://cnc.org.br/editorias/economia/noticias/endividamento-dos-brasileiros-sobe-ligeiramente-em-agosto-e-registra>>. Acesso me: 15 set. 2020.

GARMAN, E. T.; FORGUE, R. E. **Personal Finance**. 9. ed. Boston: Houghton Mifflin Company, 2008. p. 1-264.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. p. 1-11.

LIZOTE, S. A.; LANA, J.; VERDINELLI, M. A.; SIMAS, J. **Finanças pessoais: um estudo envolvendo os alunos de ciências contábeis de uma Instituição de Ensino Superior**. In: Revista da Unifebe, v. 1, n. 19, 2016, Brusque. Anais eletrônicos. Brusque, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/revistaeletronicadaunifebe/article/view/186>>. Acesso em: 23 ago. 2020. ISSN Eletrônico 2177-742X

LUCENA, W. G. L.; MARINHO, R. A. L. **Competências financeiras: Uma análise das decisões financeiras dos discentes no tocante às finanças pessoais**. In: Seminários em Administração, XVI, 2013, São Paulo. Anais Eletrônicos. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/16semead/resultado/trabalhosPDF/696.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2020.

MAO, R. **A Handbook for Personal Financial Management**. Otaniemi, 2017. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/80993438.pdf>>. Acesso em: 08 mar 2021.

MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. **Regular o sobreendividamento**. Coimbra, 2003. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2003.

NAKAMURA, J.; BARBOSA, M. 4 em cada 10 brasileiros estavam negativados em fevereiro, aponta levantamento CNDL/SPC Brasil. **SPC Brasil**, 26 mar. 2020.

Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/indice/7283>. Acesso em: 30 set. 2020.

OLIVEIRA, K. Brasil tem 4,6 milhões de endividados sem capacidade de pagamento. **Agência Brasil**. Brasília, 04 jun. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-06/brasil-tem-46-milhoes-de-endividados-sem-capacidade-de-pagamento>>. Acesso em: 15 set. 2020.

Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. **CNC**, Brasília, 09 mar. 2020. Disponível em: <<http://cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-agosto-0>>. Acesso em: 17 set. 2020.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e pesquisa em administração: guias para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 2. ed. - São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, A. L. P.; BENEVIDES, F. T.; DUARTE, F. V.. **Finanças pessoais: análise do nível de educação financeira de jovens estudantes do IFPB**. João Pessoa: Revista Príncípia, 2018.

## APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS (QUESTIONÁRIO)

**FINANÇAS PESSOAIS:** um estudo sobre a relação entre o conhecimento de gestão financeira e o nível de endividamento pessoal.

O objetivo desta pesquisa é averiguar a relação entre o conhecimento em gestão financeira e o nível de endividamento dos alunos do curso de graduação em Administração da UEFS.

### I- IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO RESPONDENTE

1- Você é aluno do curso de graduação em Administração da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)?”

( ) Sim

( ) Não

2- Assinale a ÚNICA opção correspondente à sua faixa etária:

( ) Abaixo de 20 anos

( ) Entre 36 e 40 anos

( ) Entre 21 e 25 anos

( ) Entre 41 e 45 anos

( ) Entre 26 e 30 anos

( ) Entre 46 e 50 anos

( ) Entre 31 e 35 anos

( ) Acima de 50 anos

3- Com qual gênero se identifica?

( ) Feminino

( ) Masculino

( ) Outros

4- Qual o seu estado civil?

( ) Solteiro (a)

( ) Casado (a)

( ) Divorciado (a)

( ) Viúvo (a)

( ) Outro

5- Assinale a opção correspondente ao seu período de ingresso no curso de administração da UEFS:

( ) Antes de 2010.1

( ) Entre 2012.1 e 2013.2

( ) Entre 2010.1 e 2011.2

( ) Entre 2014.1 e 2015.2

- Entre 2016.1 e 2017.2  A partir de 2020.1  
 Entre 2018.1 e 2019.2

## II- PERFIL FINANCEIRO DO ENTREVISTADO

6- Você possui alguma fonte de renda atualmente?

- Sim  Não

7- Quantas pessoas moram em sua casa atualmente?

- 01 pessoa  05 pessoas  
 02 pessoas  06 pessoas  
 03 pessoas  Mais de 06 pessoas  
 04 pessoas

8- Qual a faixa de renda em sua família?

- Abaixo de 1 salário mínimo  
 Entre 1-3 salários mínimos  
 Entre 4-6 salários mínimos  
 Entre 7-9 salários mínimos  
 A partir de 10 salários mínimos

## III- CONHECIMENTO DO ENTREVISTADO SOBRE FINANÇAS

9- Já estudou ou teve acesso a algum material sobre finanças pessoais?

- Sim  Não

10- Se respondeu SIM à pergunta anterior, qual(is) o(s) principal(is) meio(s) que se utilizou para ter acesso a esse tipo de conteúdo?

- Livros e revistas  
 Mídias sociais (como YouTube, Instagram e Facebook)  
 Televisão  
 Orientação de professores e/ou profissionais especializados  
 Conselhos de parentes, amigos e conhecidos  
 Outros. Especifique: \_\_\_\_\_

11- Já cursou alguma das disciplinas do curso de graduação em Administração da UEFS ligadas à área de Finanças?

Sim  Não

12- Você utiliza ou já utilizou um planejamento financeiro para organização de suas finanças?

Sim  Não

13- Utiliza qual(is) ferramenta(s) para a organização do seu planejamento financeiro?

Em tabelas manuais (caderno ou livro de anotações)

Planilhas em Excel

Aplicativos de controle de finanças

Não realizo planejamento financeiro

Outros. Especifique: \_\_\_\_\_

14- Possui algum tipo de investimento? Se sim, quais dessas opções utiliza ou já utilizou?

Poupança

Renda Fixa (CDB, Títulos Públicos, LCI, LCA, entre outros)

Renda Variável (Ações, Opções, Debêntures, Fundos de Investimentos, entre outros)

Previdência Privada

Não possuo nenhum tipo de investimento

Outros. Especifique: \_\_\_\_\_

15- Costuma realizar planejamento para a realização de seus sonhos?

Frequentemente

Às vezes

Raramente

Nunca

16- Você possui atualmente alguma reserva financeira para emergências e imprevistos, como a quebra de um eletrodoméstico, manutenção em veículos, gastos médicos não esperados, entre outros?

Sim, o valor poupado é correspondente ao valor de 6 meses da minha renda atual ou mais

Sim, porém o valor é menor do que o correspondente a 6 meses da minha renda atual

Não possuo reserva de emergência

17- Se considera uma pessoa consumista ou poupadora?

Consumista

Poupadora

#### IV- NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO DO ENTREVISTADO

18- Você sabe exatamente o valor das dívidas que possui atualmente (financiamentos e empréstimos tomados, em dia ou não)?

Não sei o valor exato, pois não acompanho frequentemente os valores.

Sei parcialmente quanto devo (tenho uma ideia de qual seja o valor, mas não sei confirmar com exatidão).

Sei o valor exato e acompanho com frequência a evolução de pagamento de todas as minhas dívidas.

19- Utiliza o cartão de crédito? Se sim, como realiza o pagamento da fatura do cartão?

Pago o valor total da fatura, até o dia do vencimento.

Pago o valor mínimo ou parcial da fatura e realizo o parcelamento do valor restante em um valor de parcela que atenda a minha condição financeira no momento.

Pago valor mínimo ou parcial da fatura, dependendo do valor que possuo, deixando o restante para o próximo mês, até parcelar automaticamente.

Não utilizo o cartão de crédito

20- Já utilizou ou costuma utilizar o limite de cheque especial? Se sim, de que forma isso aconteceu ou acontece?

Nunca utilizei

Utilizei apenas em uma ou duas vezes, em casos de emergência, mas realizei a cobertura total do limite em no máximo 10 dias depois.

Costumo utilizar todos os meses, mas realizo a cobertura do valor assim que o salário cai na conta, ou quanto recebo algum outro recurso.

21- Tem parte da sua renda mensal comprometida com algum compromisso financeiro (empréstimo, financiamento, entre outros) de longo prazo (a partir de 12 meses)? Se sim, qual o percentual da sua renda mensal é utilizado para pagamento destes compromissos?

Abaixo de 10% da renda mensal

Acima de 90% da renda mensal

Entre 10-30% da renda mensal

Não sei responder

Entre 31-60% da renda mensal

Não tenho dívidas a longo prazo

Entre 61-90% da renda mensal